

5 — Outras informações que o encarregado de educação considere úteis.

6 — Termo de responsabilidade do encarregado de educação:

O encarregado de educação assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exatidão de todas as declarações constantes deste boletim. Falsas declarações implicam, para além do procedimento legal, imediata exclusão da presente candidatura e dos apoios a conceder.

Data ____/____/____

Assinatura do Encarregado de Educação

Documentos a apresentar:

Fotocópia da declaração de atribuição do Abono de Família.

Fotocópia do número de contribuinte do encarregado de educação.

Número de identificação bancária (NIB) do encarregado de educação.

Declaração, em caso afirmativo, de aluno com Necessidades Educativas Especiais.

A preencher pela Câmara Municipal de Mértola

Escala atribuído ____ Em ____/____/____

Câmara Municipal de Mértola

Ação Social Escolar

Boletim de Candidatura: Manuais Escolares

Ano letivo 20____/20____

1 — Aluno:

Nome do(a) Aluno(a) _____

Data de Nascimento ____/____/____ Idade: ____ anos

Nome do Pai _____

Nome da Mãe _____

Morada: _____

Código Postal ____ — ____ Localidade _____

Último ano escolar que frequentou: ____ ano

Escola que frequentou: _____

Próximo ano escolar: ____ ano

Escola que irá frequentar: _____

Livros pretendidos (assinale com X): matemática () língua portuguesa () estudo do meio ()

2 — Encarregado de educação:

Nome _____

Grau de Parentesco ____ N.º de Contribuinte ____

Morada _____

Código Postal ____ — ____ Localidade _____

Telefone para contacto _____

Data ____/____/____

Assinatura do Encarregado de Educação

Documentos a apresentar:

Declaração da Escola com indicação do ano escolar que irá frequentar e livros necessários.

306438629

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Aviso n.º 13896/2012

Para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril,

torna-se público que se encontra afixada no átrio do edifício da Câmara Municipal e publicitada na página eletrónica do Município de Mortágua, em www.cm-mortagua.pt, a lista unitária de ordenação final, homologada na presente data, respeitante ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado para ocupação de cinco postos de trabalho na categoria de assistente operacional, cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 122, de 26 de junho de 2012, sob o n.º 8709/2012.

3 de outubro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Afonso Sequeira Abrantes*.

306435137

MUNICÍPIO DE MOURA

Aviso n.º 13897/2012

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista de ordenação final homologada, referente ao procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho de Técnico Superior (Educador de Infância), a que se refere o aviso publicado no *Diário da República*, n.º 249, 2.ª série do dia 29 de dezembro de 2011, se encontra afixada no átrio de entrada do edifício do Município de Moura.

1 de outubro de 2012. — O Presidente do júri, *Jorge Pedro dos Santos Pais*.

306428099

MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso n.º 13898/2012

Para os devidos efeitos torna-se público que por meu Despacho de 11/06/2012, nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, foi renovada a nomeação em comissão de serviço do Eng. Paulo José Matias Araújo, Chefe de Divisão da Unidade de 2.º Grau de Serviços Urbanos, pelo período de 3 anos, com início em 13/09/2012.

1 de outubro de 2012. — O Presidente da Câmara, *Mário João Ferreira da Silva Oliveira*.

306445879

MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA

Aviso (extrato) n.º 13899/2012

Para os devidos efeitos legais se torna público que, na sua reunião de 31 de janeiro de 2012, a Câmara Municipal de Praia da Vitória deliberou enviar a proposta de alteração simplificada ao Plano Diretor Municipal para a Assembleia Municipal para aprovação, e que este foi, ao abrigo do disposto no artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, aprovado por aquele órgão, na sua reunião ordinária de 10 de fevereiro de 2012.

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 148.º, n.º 4, alínea d), do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, é agora publicado o artigo 26.º do regulamento alterado, planta de condicionantes e planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Praia da Vitória.

10 de outubro de 2012. — O Vice-Presidente da Câmara, *Paulo Manuel Ávila Messias*.

Artigo 26.º

Disciplina das operações urbanísticas

1 — No PDM determinam-se os índices urbanísticos definidos no artigo 21.º para cada uma das categorias de espaços urbanos e urbanizáveis delimitados na planta de ordenamento e cujas condições de edificabilidade se apresentam no quadro seguinte:

Classe ou categoria do espaço	Índice de ocupação máximo	Índice de utilização máximo	Número máximo de pisos
1 — Subespaço central de Santa Cruz	0,60 ou existente	1,8 ou existente	3
2 — Subespaço periférico de Santa Cruz	0,50	1,50	3

Classe ou categoria do espaço	Índice de ocupação máximo	Índice de utilização máximo	Número máximo de pisos
3 — Subespaço de alta densidade	0,50	1	2
4 — Subespaço de baixa densidade	0,30	0,60	2
5 — Subespaço urbanizável	0,50	1,50	3
6 — Subespaço turístico	0,15	0,25	2
7 — Subespaço turístico do campo do golfe	0,10	0,15	2
8 — Subespaço biótopo do Paul de Praia da Vitória	0	0	0

2 — Na determinação do número de pisos, referida no quadro do número anterior, não são consideradas as caves.

3 — Nos subespaços de baixa densidade, os loteamentos deverão obedecer cumulativamente às seguintes condições:

a) Na habitação isolada:

Área mínima do lote — 450 m²;

Frente mínima do lote — 15 m;

b) Na habitação geminada:

Área mínima do lote — 300 m²;

Frente mínima do lote — 10 m.

4 — Nos subespaços de baixa densidade, os empreendimentos de construção de habitação social e ou de custos controlados deverão obedecer cumulativamente às seguintes condições:

a) Na habitação em banda:

Área mínima do lote — 150 m²;

Frente mínima do lote — 6 m;

Índice de ocupação — 0,50;

Índice de utilização — 1;

b) Na habitação geminada:

Área mínima do lote — 250 m²;

Frente mínima do lote — 10 m;

Índice de ocupação — 0,35;

Índice de utilização — 0,70.

5 — Nos subespaços de baixa densidade, as operações de destaque de parcela deverão obedecer cumulativamente às seguintes condições:

a) Em ambas as parcelas deverão ser respeitadas as condições de edificabilidade definidas no n.º 1 do presente artigo;

b) Numa das parcelas, terão de ser respeitadas as áreas mínimas definidas no n.º 3 do presente artigo.

Ata

Francisco Cardoso Pereira de Oliveira, presidente da Assembleia Municipal do Município de Praia da Vitória, certifico, para os devidos e legais efeitos, que na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, na sequência do constante do n.º 5 da respetiva ordem do dia — «Apresentação, discussão e votação da proposta final de alteração simplificada ao PDM — Plano Diretor Municipal» —, o mesmo foi aprovado com 23 votos a favor do Partido Socialista, 5 votos a favor do Partido Social Democrata e 1 abstenção do Partido Popular.

Por ser verdade e por me ter sido requerido, vou assinar e autenticar esta ata com o selo branco do Município, aos 4 dias do mês de outubro do ano de 2012.

O Presidente da Assembleia Municipal do Município de Praia da Vitória, *Francisco Cardoso Pereira de Oliveira*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

13413 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_Ordenamento_13413_1.jpg

13414 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_condicionantes_13414_2.jpg
606447693

MUNICÍPIO DA SERTÃ

Aviso n.º 13900/2012

Lista unitária de ordenação final, Procedimento Concursal Comum de recrutamento para preenchimento de 1 posto de trabalho para a carreira/categoria de Técnico Superior em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado para o Setor de Ação Social.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final relativa ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da categoria de Técnico Superior, do mapa de pessoal do Município de Sertã, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145 de 27 de julho de 2012.

Lista de ordenação final dos candidatos:

1.º Sofia Raquel Nogueira Alves — 14,2599 valores

A Lista Unitária de Ordenação Final, homologada por meu despacho de 09 de outubro de 2012, foi notificada aos candidatos, através de ofício registado, encontrando-se afixada em local visível e público das instalações da Câmara Municipal de Sertã e disponibilizada na página eletrónica em www.cm-serta.pt tudo nos termos dos n.ºs 4, 5 e 6, do artigo 36.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

Do despacho de homologação da referida Lista, pode ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do artigo 39.º, da mesma Portaria.

9 de outubro de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *José Farinha Nunes*.

306441966

Declaração n.º 212/2012

Torna-se público, que a Assembleia Municipal de Sertã por deliberação tomada em sessão 28 de setembro de 2012, a pedido da Câmara Municipal de Sertã, declarou a utilidade pública da expropriação de uma parcela de terreno, com caráter urgente e autorizou a posse administrativa da mesma indetificada no mapa de expropriação e assinalada na planta em anexo.

A expropriação tem por fim a realização de um arruamento na Zona Industrial da Sertã, obra de interesse público.

Essa competência foi tomada pela Assembleia Municipal da Sertã, ao abrigo do estipulado no n.º 2, do artigo 14.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 15.º, ambos do Código de Expropriações (aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro) e tem os fundamentos de facto e de direito constantes do pedido formulado pela Câmara Municipal de Sertã, consubstanciado na deliberação tomada por este órgão em reunião de 5 de setembro e nos documentos que ficaram a fazer parte integrante da respetiva ata.

10 de outubro de 2012. — O Presidente da Câmara, *José Farinha Nunes*.